

Media Release

The Hon Daniel Andrews MP
Premier



[Tradução de Mara Reifman, tradutora certificada pela NAATI, 17/03/2020]

Monday, 16 Março 2020

ESTADO DE EMERGÊNCIA DECLARADO NO ESTADO DE VICTORIA DEVIDO AO COVID-19

Foi declarado Estado de Emergência no Estado de Victoria para combater o COVID-19 e prover o Secretário Municipal de Saúde com os poderes necessários para cumprir os 14 dias de isolamento exigidos para todos os viajantes entrando na Austrália e cancelar agrupamentos de mais de 500 pessoas, conforme acordo com o Ministério Federal.

O governador Daniel Andrews e a Secretária de Saúde Jenny Mikakos anunciaram que o Estado de Emergência começará na 2a feira 16 de março ao meio-dia e pode se estender pelas próximas quatro semanas para ajudar nas medidas para 'achatar a curva' [diminuir a escalada do virus] do COVID-19 e dar a melhor chance ao nosso sistema de saúde de administrar o virus.

No Estado de Emergência, Oficiais Autorizados, sob a direção do Oficial Superior de Saúde [do Governo Federal], podem agir para eliminar ou reduzir risco sério para a saúde pública detendo pessoas, restringindo movimentos, evitando entrada em estabelecimentos ou qualquer outra diretriz que um 'AO' [Oficial Autorizado] considere razoável para proteger a saúde pública.

A primeira diretriz do Oficial Superior de Saúde sob estes novos poderes inclui banir agrupamentos não-essenciais de mais de 500 pessoas, tais como eventos culturais, esportivos ou conferências.

Algumas de nossas maiores instituições culturais, incluindo a 'National Gallery of Victoria' [Galeria Nacional de Victoria], a 'State Library' [Biblioteca Estadual] e 'Museums Victoria' [Museus de Victoria] também anunciaram fechamento temporário; e eventos como o 'Melbourne Comedy Festival' [Festival de Comédia de Melbourne] e o 'Melbourne Food and Wine Festival' [Festival de Comida e Vinho de Melbourne] já foram adiados.

Reuniões consideradas essenciais e que podem continuar incluem transporte público, mercados de alimentos e lugares de trabalho. Escolas, 'TAFEs' e universidades ficarão abertas por ora, porém lhes foi pedido para restringirem agrupamentos de muitas pessoas, como concentração de pessoas e palestras com mais de 500 pessoas.

Neste estágio espaços ou lugares onde 500 ou mais pessoas podem transitar, tais como 'Federation Square' ou o 'Bourke Street Mall', estão excluídos da proibição sobre agrupamentos. Entretanto, caso seja necessário proteger a saúde da população, os poderes podem também serem usados para colocar bairros inteiros, negócios ou profissões em quarentena - e não somente indivíduos.

Os poderes também permitem ao Oficial Superior de Saúde fazer o que for necessário para conter a propagação do virus e reduzir o risco para a saúde dos moradores de Victoria.

Enquanto a maioria dos moradores de Victoria estão acatando pedidos de isolamento de forma voluntária, os poderes expandidos asseguram que pessoas que não acatarem com a diretriz podem receber multa de até \$20.000. Multas para corporações que não a cumprirem podem chegar a \$100.000.

Esta é uma outra etapa no plano do Governo do Estado de Victoria para combater este virus e fazer o que precisamos fazer para diminuir a propagação do COVID-19.

Para conselhos se uma reunião deve ter prosseguimento, favour contatar o 'DHHS' [Departamento de Saúde e Serviços Socias de Victoria - National Corona Virus Helpline] no número 1800 675 398.

Media contact: StephanieAnderson0422031125|stephanie.anderson@minstaff.vic.gov.au

Citações atribuídas ao Governador Daniel Andrews

“Estamos tomando estas medidas, após acordo com o Governo Federal que inclui o Primeiro Ministro e todos os Governadores e Ministros de Estado, para conter a propagação do coronavírus da melhor forma possível.”

“Não se enganem: as próximas semanas e meses serão difíceis para todos, porém estamos fazendo o que é necessário para proteger os moradores de Victoria.”

Citações atribuídas à Secretária de Saúde Jenny Mikakos

“Este é o maior desafio que estamos enfrentando em nossas vidas - por isso é tão importante que tenhamos os instrumentos certos à nossa disposição para minimizar o impacto deste vírus.”

“Expandir os poderes do Oficial Superior de Saúde nos permitirá proteger melhor a saúde pública e dar aos nossos hospitais, ‘GPs’ [medicos de família] e outras indústrias a melhor chance que podemos para lutar [contra este vírus].”

Diretiva do Oficial Superior de Saúde de acordo com os poderes de emergência oriundos do estado de emergência declarado

'Public Health and Wellbeing Act 2008 (Vic) Section 200'

[Ato de Saúde Pública e Bem Estar 2008 (Vic) Seção 200]

Eu, Brett Sutton, Oficial Superior de Saúde, considero razoavelmente necessário, a fim de proteger a saúde pública, dar as seguintes diretrizes de acordo com ss 200(1)(b) e (d) do *Ato 2008 de Saúde Pública e Bem-estar (Vic)*:

PARTE 1 — AGRUPAMENTOS NÃO ESSENCIAIS

O objetivo desta Parte é proibir agrupamentos não essenciais.

Diretrizes

1. As pessoas que possuem, controlam ou operam **dependências** no Estado de Victoria não podem permitir que **agrupamentos de muitas pessoas** ocorram nos seus estabelecimentos entre meio-dia do dia 16 de março de 2020 e meia-noite de 13 de abril de 2020.
2. Nenhum agrupamento de muitas pessoas pode ser organizado nas dependências do Estado de Victoria entre meio-dia do dia 16 de março de 2020 e meia-noite de 13 de abril de 2020.
3. Pessoas não devem comparecer a agrupamentos de muitas pessoas nas dependências do Estado de Victoria entre meio-dia do dia 16 de março de 2020 e meia-noite de 13 de abril de 2020.

Definições

Com relação às diretrizes nos parágrafos 1, 2 e 3:

4. **Dependências** tem o mesmo significado que no s 3 do '*Public Health and Wellbeing Act 2008(Vic)*'.
5. Um **agrupamento de muitas pessoas** constitui qualquer agrupamento de quinhentas (500) ou mais pessoas em um único lugar indivisível, ao mesmo tempo, quer em ambiente fechado ou aberto, mas **não** inclui nenhum agrupamento:
 - a. em aeroporto necessário para o andamento normal do aeroporto;
 - b. com o objetivo de ou relacionado com transporte público, incluindo em veículos ou em instalações de transporte público como estações, plataformas e paradas;
 - c. em centro médico ou de saúde necessário para o andamento normal do local;
 - d. para o objetivo de serviços de emergência;
 - e. em instalações para pessoas portadoras de necessidades especiais ou em lares de idosos, necessárias ao andamento normal do local;
 - f. em prisão, facilidade correcional, centro de justiça de menores ou outro local de custódia;
 - g. em corte ou tribunal;
 - h. no Parlamento com o objetivo de suas operações normais;
 - i. em mercado de alimentos, supermercado, mercados, lojas varejistas, shopping centres que seja necessário para o movimento normal destes estabelecimentos;
 - j. em prédios de escritórios, fábrica ou obra onde seja necessário para a operação normal destes estabelecimentos;
 - k. em escola, universidade, instituição educacional ou instituição pré-escolar para a operação normal da instituição;
 - l. em hotel ou motel onde seja necessário para a operação normal dos serviços de acomodação;
 - m. em lugar onde quinhentas (500) ou mais pessoas possam estar presentes com o objetivo de transitar pelo local; ou
Exemplo: 'Federation Square' ou 'Bourke Street Mall'.
 - n. Especificado como dispensado desta diretriz pelo Oficial Superior de Saúde por escrito ou

Media contact: StephanieAnderson0422031125|stephanie.anderson@minstaff.vic.gov.au

entregue por um operador que tenha uma especificação de isolamento social aprovado pelo Oficial Superior de Saúde.

6. Com relação ao parágrafo 5(k), um evento escolar que envolva membros da comunidade além dos empregados e alunos é declarada não necessária para os assuntos normais da instituição.

Atenção: O objetivo do parágrafo 6 é que um evento escolar que envolva membros da comunidade além dos empregados e alunos será um agrupamento de muitas pessoas caso inclua agrupamento de quinhentas (500) ou mais em um único local indivisível ao mesmo tempo. Eventos escolares incluem assembleias, eventos esportivos ou eventos de pais-professores.

Atenção: a exclusão identificada no parágrafo 5 será revisada diariamente e outras diretrizes serão possivelmente emitidas para remover algumas das exclusões atuais.

PARTE 2 — AUTO-QUARENTENA APÓS VIAGEM AO EXTERIOR

Diretriz

7. Exceto nas circunstâncias identificadas no parágrafo 8 abaixo, uma pessoa que chegue num aeroporto de Victoria num vôo originado em algum lugar fora da Austrália, ou num vôo de conexão de um vôo que originou de um lugar fora da Austrália:
- a. é obrigatório ir do aeroporto para o lugar que seja adequado para que a pessoa lá resida por um período de 14 dias;
 - b. exceto em circunstâncias excepcionais, a pessoa precisa residir neste lugar por um período que começa no dia de chegada e termina à meia-noite do décimo quarto (14º) dia após a chegada;
 - c. não pode deixar a residência, exceto:
 - i. com o objetivo de obter cuidados médicos ou medicamentos;
 - ii. em qualquer outra situação de emergência;
 - iii. em circunstâncias onde seja possível evitar contato próximo com outras pessoas; e
 - d. não deve permitir que qualquer outra pessoa entre no local a não ser que esta pessoa more no local, ou que a outra pessoa esteja cumprindo com estas diretrizes durante o mesmo período de 14 dias, ou por motivos médicos ou de emergência.
8. A pessoa não precisa seguir a diretriz no parágrafo 7 caso a pessoa:
- a. seja membro de tripulação de vôo;
 - b. seja cidadão ou residente permanente de uma Ilha do Pacífico; ou
 - c. uma pessoa que tenha a intenção de viver por tempo indeterminado numa Ilha do Pacífico e está viajando por um aeroporto em Victoria em trânsito para Ilha do Pacífico.

PENALIDADES

Seção 203 do *Ato 2008 de Saúde Pública e Bem Estar (Vic)* oferece:

Observância com diretriz ou outro requerimento

- (1) Uma pessoa não pode se recusar ou deixar de cumprir com a diretriz dada a ela, ou uma exigência feita à pessoa, no exercício do poder sob a autoridade dada sob a seção 199.

Penalidade: no caso de pessoa física, 120 unidades de punição.

No caso de corporação, 600 unidades de punição.

- (2) Uma pessoa não é culpada de uma infração contra o inciso (1) se a pessoa tiver uma desculpa razoável para se recusar ou deixar de cumprir com a diretriz ou exigência.

Brett Sutton

Oficial Superior de Saúde

Media contact: StephanieAnderson0422031125|stephanie.anderson@minstaff.vic.gov.au